 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constitui??o Federal de 1988 trouxe como desdobramentos pol?ticas espec?ficas, principalmente no que diz respeito ? assist?ncia estatal nas ?reas de educa??o, sa?de, economia e regulariza??o de terras. Tais direitos foram se consolidando atrav?s da a??o desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicat?rias trouxeram para o cen?rio pol?tico brasileiro as demandas de garantias de direitos espec?ficos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresenta??o de pesquisas a atua??o dos agentes sociais, ind?genas, ribeirinhos, quilombolas, artes?s entre outros. As articula?es e lutas pelo reconhecimento e por afirma??o dos direitos conquistados e, ainda a fragiliza??o e amea?as aos direitos conquistados no atual contexto sociopol?tico brasileiro ser?o os objetos das discuss?es e reflex?es desse GT. O objetivo ? refletir e possibilitar discuss?es sobre as estrat?gias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirma??o de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educa??o, sa?de e a defesa dos territ?rios tradicionalmente ocupados.

A contribuição de Charles Wagley para o conhecimento acerca das comunidades tradicionais Amazônicas e o desenvolvimento de uma antropologia interdisciplinar no Brasil

Autoria: Ana Paula Monteiro Souza, Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado

O objetivo dessa pesquisa, que está em andamento no âmbito do projeto RENAS IV, é por meio de levantamento bibliográfico, refletir a contribuição da produção acadêmica de Charles Wagley para o conhecimento adquirido acerca das comunidades tradicionais amazônicas. O antropólogo norte-americano Charles Wagley, iniciou seus estudos acerca de comunidades tradicionais ainda nos Estados Unidos, mas foi a partir do work desenvolvido no interior da Amazônia que suas obras mais influentes acadêmica e socialmente foram produzidas. Wagley, desenvolveu na região uma etnografia voltada para a compreensão da realidade multifacetada da Amazônia, sem apelo ao exotismo. Em seus works o antropólogo prima por um desenvolvimento social e econômico das comunidades tradicionais amazônicas, aliando as inovações tecnocientíficas modernas aos conhecimentos tradicionalmente aplicados no cotidiano desses povos de forma integrada, visando preservar a autonomia dessas comunidades em relação a ações desenvolvimentistas exacerbadas. Wagley, introduz uma antropologia interdisciplinar nos trato das comunidades tradicionais amazônicas, que foi perceptível nos works realizados no SESP (Serviço especial de saúde pública), onde ele buscou relacionar a atuação dos profissionais de diversas áreas de conhecimento, objetivando ampliar o alcance desse órgão no combate a doenças tropicais, e contribuindo para a disseminação de informações

 ISBN: 978-85-87942-61-6

básicas sobre a prevenção e o tratamento das mesmas. Essas operações aconteceram de maneira inclusiva e adaptada para a realidade daqueles indivíduos. O antropólogo, investiu na parceria com estudantes brasileiros sendo responsável por orienta-los na especialização na Universidade de Columbia, incentivando a especialização de antropólogos brasileiros e a continuidade dos estudos amazônicos. A relevância da produção acadêmica de Charles Wagley se faz notar pelo número de referências a sua obra sempre que se trabalha Amazônia, em especial ao livro: Uma comunidade amazônica, deixando evidente a importância para a contemporaneidade do debate suscitado por ele.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**